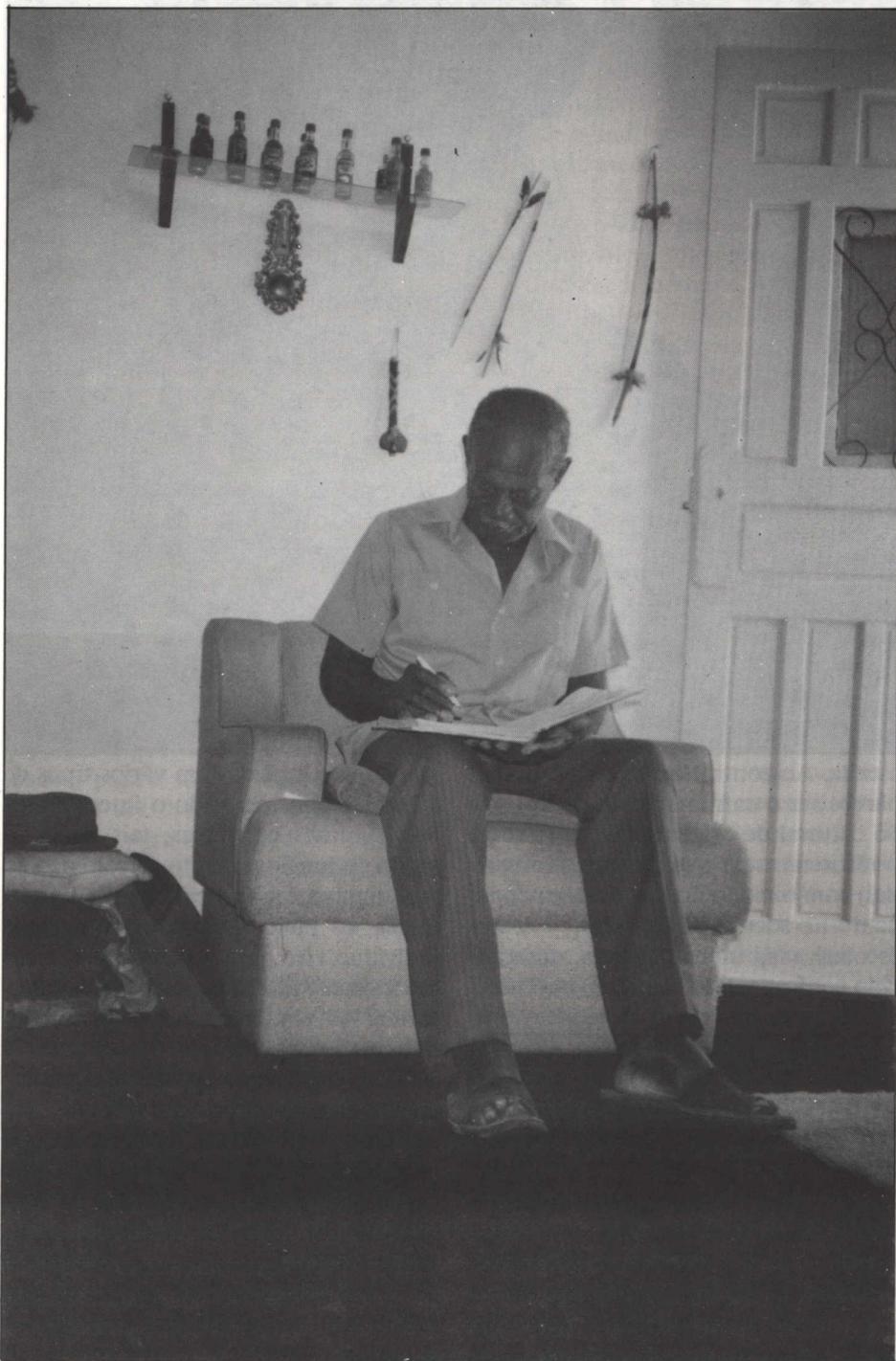


ANALFABETOS NA SOCIEDADE LETRADA: DIFERENÇAS CULTURAIS E MODOS DE PENSAMENTO

Marta Kohl de Oliveira*



Q

uando nos referimos ao analfabeto na sociedade letrada, isto é, a esse sujeito que vive no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado e que não tem o domínio da palavra escrita, estamos

nos referindo, na verdade, a um grupo social extremamente homogêneo. É um grupo composto, em sua maioria, por migrantes de zonas rurais, principalmente da região nordeste do país, trabalhadores em ocupações pouco qualificadas e com uma história descontínua e mal sucedida de passagem pela escola; seus pais também eram trabalhadores em ocupações braçais não qualificadas (principalmente lavoura) e com nível instrucional muito baixo (geralmente também analfabeto). A caracterização desse grupo cultural repete-se nas várias situações escolares e de pesquisa que lidam com esse personagem que designamos genericamente como "analfabeto": ele tem um lugar social específico, que vai se combinar com sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico da escrita.

Se quanto a suas características sócio-culturais sabemos claramente que quem é o analfabeto, quanto ao domínio do sistema de escrita parece que não estamos lidando com um grupo formado por indivíduos muito semelhantes entre si. Os adultos que chamamos de analfabetos, imersos no mundo letrado, vão sendo contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimentos sobre suas regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita.

Numa sociedade tão saturada de escrita como a grande cidade contemporânea, raramente encontramos pessoas completamente analfabetas. Obviamente que, enquanto consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de escolarização, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre esse mundo, tem consciência de que não domina completamente o sistema de leitura e escrita e está, ativamente, buscando estratégias pessoais para lidar com os desafios que enfrenta nas esferas de vida que exigem competências letradas. Frequentemente esses indivíduos sabem escrever o próprio nome, muitas vezes reconhecem ou sabem escrever algumas letras, conhecem o formato de algumas palavras, conhecem números. Alguns conhecem letra de fôrma, mas não letra cursiva, outros têm dificuldade de saber onde “termina uma palavra e começa outra”, outros ainda conhecem as letras, mas não sabem “juntá-las”.

O rótulo “analfabeto” não identifica, pois, um estágio de alfabetização bem definido. Poderíamos trabalhar, na verdade, com a idéia de “graus de analfabetismo”: exposto de uma forma particular aos estímulos do mundo letrado, submetido ou não a algum tipo de treino escolar ou instrução por parte de pessoas mais escolarizadas, usando sua capacidade de reflexão sobre o contexto em que vive e sobre seu próprio conhecimento cada indivíduo constitui uma combinação específica de capacidades, não havendo a formação de um grupo homogêneo quanto ao domínio do sistema de leitura e escrita.

A consideração do lugar social ocupado pelo analfabeto, juntamente com a idéia dos diferentes graus de analfabetismo, coloca a questão do analfabeto no mundo letrado menos como um problema referente ao processo de alfabetização em si e mais como um problema que diz respeito às relações entre cultura e modos de pensamento. Isto é, o analfabeto não é qualquer indivíduo tecnicamente definido como privado da capacidade de leitura e escrita e, portanto, necessitado de uma ação alfabetizadora que simplesmente lhe permita acesso ao sistema simbólico da

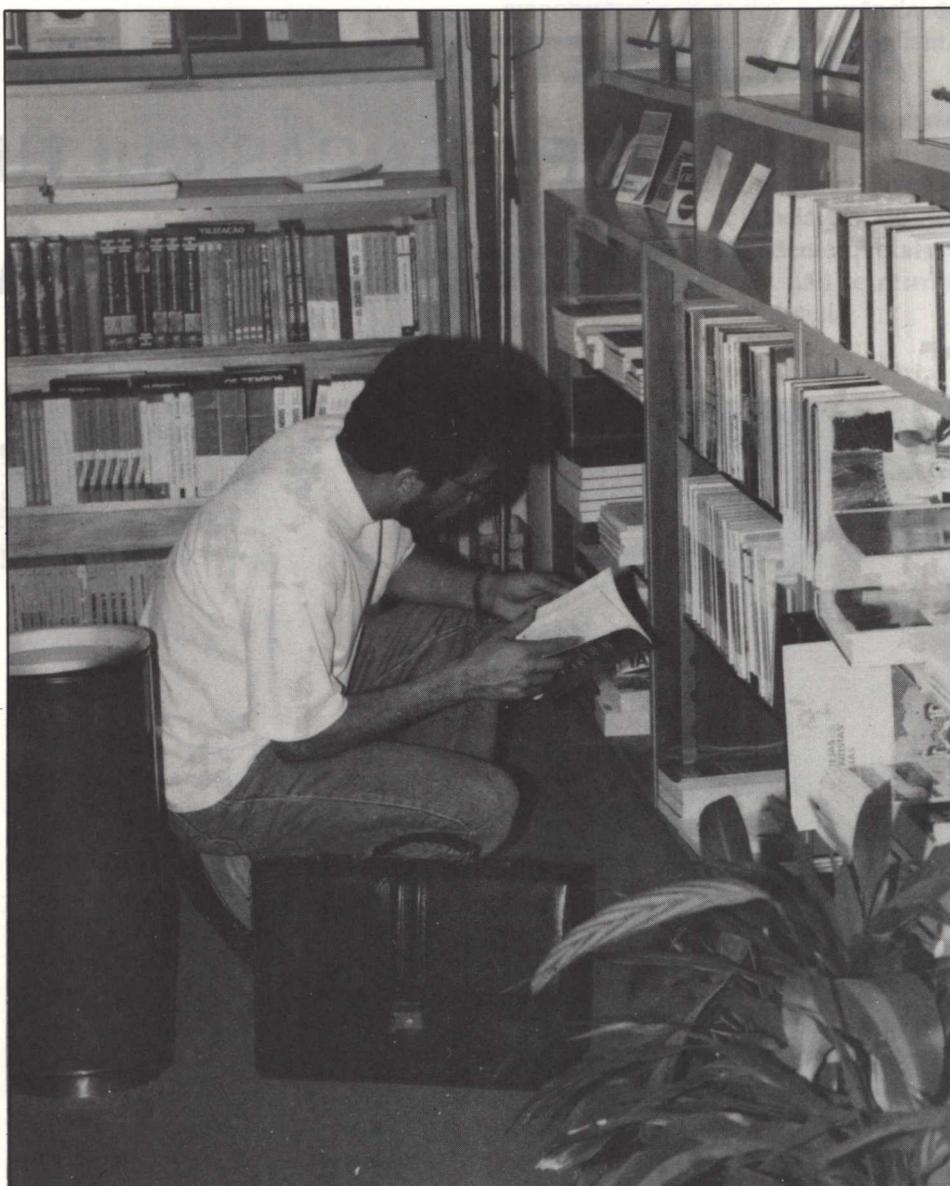


Foto: Suzuki

escrita. Ao contrário, a questão central parece ser o enfrentamento de um grupo cultural de origem iletrada (e rural, tradicional, sem qualificação profissional) com o modo de pensamento dominante na sociedade letrada (e urbana, escolarizada, industrializada, marcada pelo conhecimento científico e tecnológico).

DIFERENÇAS CULTURAIS E MODOS DE PENSAMENTO

A relação entre cultura e pensamento tem sido objeto de investigação e reflexão por parte de psicólogos, educadores, antropólogos e outros cientistas sociais. As diferenças observadas entre grupos culturais diversos

no seu desempenho em vários tipos de atividade têm motivado o interesse sobre questões correlatas, tais como: o modo de funcionamento psicológico do ser humano é universal? qual a importância do meio sócio-cultural onde o indivíduo vive para a definição de suas capacidades? a ação educativa pode transformar as possibilidades de desempenho das pessoas?

Duas tendências opostas têm marcado as reflexões sobre essas questões. De um lado temos linhas de pesquisa que procuram identificar um percurso universal para o desenvolvimento psicológico do ser humano, definindo quais são as formas mais e menos sofisticadas de pensamento. Certos grupos humanos teriam, assim, um modo de funcionamento psicológico mais “avançado”,

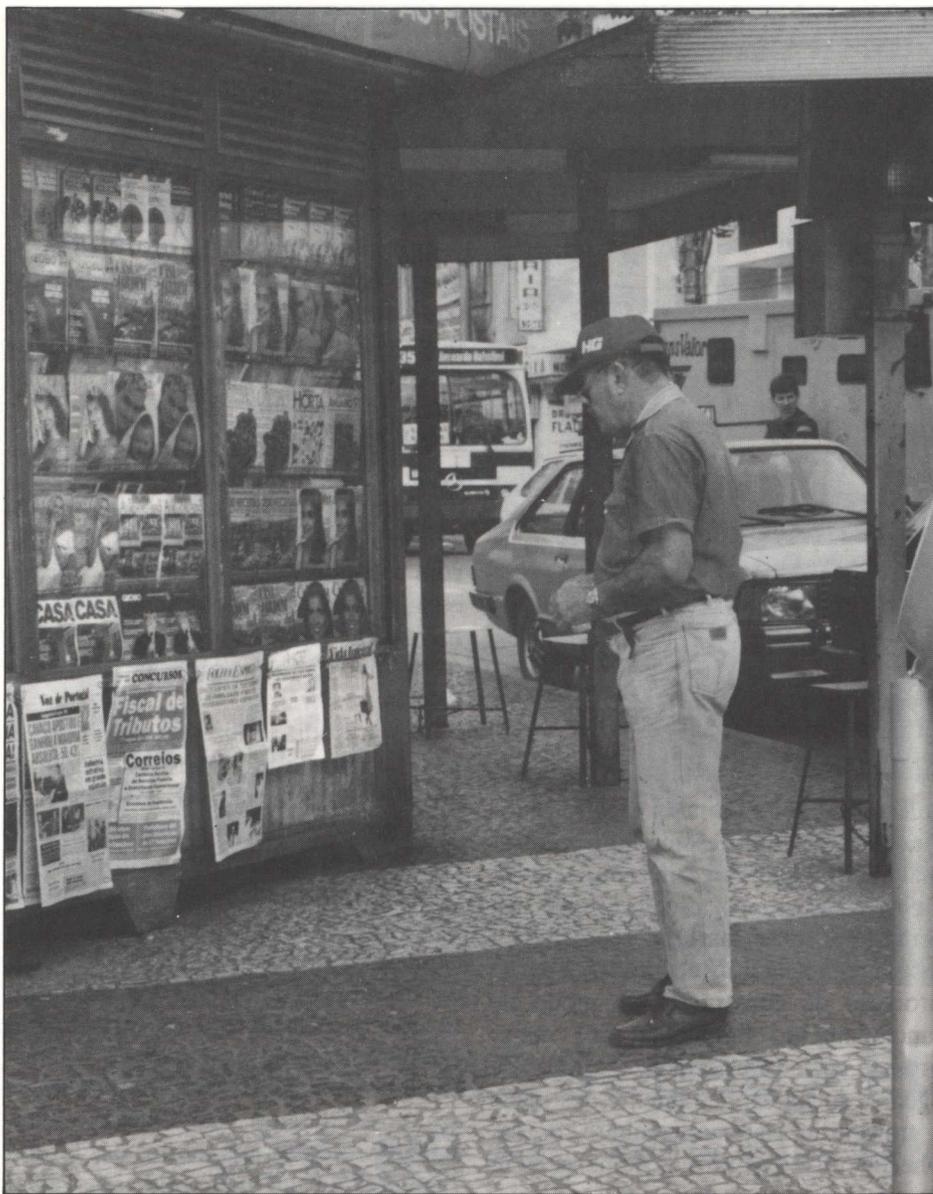


Foto: Suzuki

enquanto outros permaneceriam em estágios mais “primitivos”. Um resultado típico desse tipo de pesquisa aponta para a existência de “raciocínio abstrato” em certos grupos culturais e a ausência dessa capacidade em grupos menos sofisticados, presos à realidade concreta. Em termos educacionais os grupos culturais com um modo de pensamento menos avançado teriam que ser submetidos a algum tipo de educação compensatória, para remediar suas deficiências e possibilitar seu acesso às formas mais sofisticadas de funcionamento intelectual. Se na sociedade humana como um todo o modo de pensamento menos avançado é identificado nos grupos chamados “primitivos” (sociedades tribais, grupos iletrados), na sociedade urbana contemporânea os

grupos culturais que exibem um funcionamento psicológico considerado menos complexo são, justamente, aqueles de origem rural, sem escolaridade e com nível sócio-econômico mais baixo.

A linha de pesquisa que se opõe a essa tendência baseia-se na idéia de que os indivíduos e grupos humanos funcionam psicologicamente em resposta às demandas do contexto em que vivem. Isto é, não haveria um percurso universal para o desenvolvimento humano mas, ao contrário, os modos de pensamento e a atividade psicológica em geral seriam definidos na relação do ser humano com as situações reais que enfrenta em sua vida concreta. Nessa perspectiva não haveria sentido numa comparação entre grupos “avançados” e “primitivos”, pois todo desempenho

humano é equivalente e de igual valor. Os conteúdos culturais podem ser diferentes, mas não há modos de funcionamento mais e menos sofisticados.

A consequência dessa segunda tendência de pesquisa para a educação é a de que devemos trabalhar com a realidade do aluno e que todo tipo de conteúdo cultural e modo de pensamento deve ser respeitado e incorporado ao trabalho pedagógico realizado na escola. Os grupos sociais que têm sido tradicionalmente alijados da escola também são produtores de conhecimento e não caberia à escola impor seu próprio modo de funcionamento psicológico: o que cada indivíduo traz consigo é equivalente, em termos de valor, sofisticação e complexidade, ao que a escola tem para oferecer.

A contraposição entre essas duas formas de pensar as relações entre cultura e pensamento traz à tona alguns temas específicos extremamente relevantes para a discussão da questão da inserção do analfabeto no mundo letrado, os quais serão delineados a seguir.

ANALFABETOS E ILETRADOS

O grupo cultural constituído pelos chamados analfabetos que vivem inseridos na sociedade industrial contemporânea tem, como discutimos anteriormente, um lugar social bem definido e a característica de não dominar completamente o sistema simbólico da escrita. A identidade de um membro desse grupo se **constrói**, em grande parte, por uma negação: ele é **não** alfabetizado, **não** domina o sistema da escrita, **não** tem acesso a certos modos de funcionamento claramente presentes na sociedade em que vive. Sua situação é muito diferente da situação de um indivíduo que vive numa sociedade sem escrita, relativamente isolada do mundo letrado (um grupo tribal, por exemplo). Um membro de uma sociedade sem escrita vive como os demais membros de seu grupo social e insere-se numa cultura onde a ausência da escrita não é uma lacuna, mas é parte integrante do modo de funcionamento predominante nessa cultura. Ser iletrado é uma característica que explicita a pertinência do

indivíduo a um grupo cultural sem escrita; ser analfabeto na sociedade letrada, por outro lado, é uma característica que indica a ausência, no nível individual, de uma competência presente e valorizada nessa sociedade.

As outras características desse grupo cultural tão homogêneo (posição subalterna na sociedade, baixa qualificação profissional, origem rural, falta de escolaridade) explicam a falta de oportunidade de acesso ao domínio da capacidade de leitura e escrita e, ao mesmo tempo, combinam-se com o não domínio da escrita para definir a situação do analfabeto como a de um indivíduo com lacunas na sua constituição como membro de uma cultura letrada.

A questão das relações entre cultura e pensamento ganha, neste caso, uma dimensão específica: não estamos comparando sociedades científicas e não científicas, sistemas astronômicos de grupos indígenas com a astronomia construída pela ciência contemporânea, formas de classificar plantas para uso religioso com a classificação da botânica. Estamos, isso sim, comparando subgrupos de uma mesma cultura abrangente, que vivem integrados na vida urbana, industrial, burocratizada, com forte presença dos meios de comunicação de massa, e que têm condições diversas de interação com esse material cultural. O pensamento de um indígena que classifica a baleia como peixe porque na sua cultura não existe a informação de que a baleia é um mamífero e o pensamento de um analfabeto que diz que "estamos no ano quinze" porque é o 15º aniversário de uma rede de televisão, têm conseqüências diferentes para a discussão das relações entre cultura e pensamento. O indígena está falando a linguagem de sua cultura; o analfabeto está interpretando mal um dado por falta de instrumental para lidar com uma informação da sua própria cultura.

O PAPEL DA ESCOLA

Nas várias pesquisas que buscam equacionar as relações entre cultura e pensamento, a escolaridade aparece como uma variável fundamental na definição das diferenças culturais. Isto é, independentemente do tipo de interpretação oferecida pelos pes-



Foto: Dirceu Cutili

quisadores, sujeitos mais escolarizados tendem a ter um desempenho intelectual qualitativamente diferente daquele de sujeitos pouco escolarizados. Na verdade, é quase natural pensarmos a escola como instituição privilegiada no processo de construção do modo de funcionamento intelectual dos membros da sociedade letrada: a escola é a agência social explicitamente destinada a transmitir, sistematicamente, os conhecimentos e as formas de pensamento considerados necessários e adequados no interior dessa sociedade marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Qualquer que seja a escola concreta de que tratemos - pública ou privada, "tradicional" ou "moderna", de melhor ou pior qualidade - ela tem uma característica inerente à própria natureza da instituição: o conhecimento é o objeto

privilegiado de sua ação. A escola é o lugar onde trabalhamos com o conhecimento em si mesmo, independentemente de suas ligações com a vida imediata. Isto é, na escola o indivíduo aprende a relacionar-se com o conhecimento descontextualizado, a tomar a própria organização do saber (basicamente construído pelas várias disciplinas científicas) como objeto de sua reflexão. Esse procedimento de pensar sobre o próprio conhecimento, que em psicologia chamamos de metacognição, é talvez o resultado mais fundamental do processo de escolarização. O indivíduo que passa pela escola é submetido, deliberadamente, à prática de trabalhar com o conhecimento enquanto objeto; essa prática provavelmente o instrumentaliza para o modo de funcionamento intelectual típico da sociedade letrada.

Assim, se há diferenças no modo de pensamento de membros de diferentes grupos culturais dentro da sociedade industrial contemporânea, isto não se deve a "deficiências" na constituição do intelecto dos indivíduos de alguns desses grupos, mas não se deve tampouco apenas ao enfrentamento das demandas da vida concreta. Isto é, é importante que se considere a construção das possibilidades de desempenho intelectual dos indivíduos, mesmo quando essas possibilidades não estejam claramente presentes nos limites das tarefas regulares de sua vida cotidiana. Talvez a escola seja o protótipo da instituição social que, no âmbito da sociedade letrada, ensina o homem a transcender seu contexto e a transitar pelas dimensões do espaço, do tempo e das operações com o próprio conhecimento.

* Marta K. de Oliveira é professora da Faculdade de Educação da USP.

BIBLIOGRAFIA

COLE, M. e SCRIBNER, S, *Culture and Thought: a psychological introduction*. New York, John Wiley and Sons, 1974.

LURIA, A. R., *Desenvolvimento Cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. São Paulo, Icone, 1990.

OLIVEIRA, M.K. de, *Inteligência e vida co-*

tidiana: competências cognitivas de adultos de baixa renda. Cadernos de Pesquisa, 44:45-54, fev. 1983.

OLIVEIRA, M.K. de., *O inteligente e o "estudado": alfabetização, escolarização e competência entre adultos de baixa renda. Revista da Faculdade de Educação*, 13 (2): 15-26, Jul/Dez 1987.